

DARWINISMO SOCIAL E ALTERIDADE NOS ESTADOS UNIDOS: DA GUERRA CIVIL À CONSTRUÇÃO DO IMPERIALISMO

Lucas Amaral Batista LEITE¹

■ **RESUMO:** Este artigo busca discutir como certos formuladores de política externa dos Estados Unidos - aqui considerados presidentes e secretários de Estado - assumiram determinadas narrativas como parte de uma ideologia que distinguia entre quem poderia ser considerado cidadão e o "outro", considerado com frequência como inferior, bárbaro ou constantemente dependente da ajuda. Durante esse período, houve também uma interpretação preconceituosa, baseada em uma ideologia denominada de "darwinismo social": a suposição de que, assim como entre as espécies, os seres humanos também poderiam ser divididos entre raças. Essa divisão claramente privilegiou a noção de que os povos colonizados e as antigas colônias europeias não seriam intelectualmente avançados para constituir sociedades "avançadas", instituições políticas e ordem. Portanto, queremos analisar como os aspectos históricos e sociais influenciam os fatores políticos por meio de narrativas que se perpetuam ao longo do tempo. É o caso da Doutrina Monroe e do Destino Manifesto, que, apesar de não aparecerem no período estabelecido, ocupam papel fundamental para a análise. Assumimos o papel da linguagem não apenas como uma ponte de significados, mas como um fenômeno essencialmente político, no qual diferenças e preconceitos são estabelecidos.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Estados Unidos. Darwinismo Social. Alteridade. Política externa americana. Análise do discurso.

Introdução

A atuação dos Estados Unidos no cenário internacional como superpotência é algo reconhecido e reiterado, principalmente

¹ PPG–STD. Programa San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUCSP). Doutor em Relações Internacionais. FAAP–SP – Faculdades Armando Alvares Penteado. 01001-900. leite.ri@gmail.com.

no contexto pós-1945. Sua importância em conflitos como as Grandes Guerras Mundiais e o embate leste/oeste da Guerra Fria, ou em questões mais contemporâneas como a “Guerra ao Terror”, oferecem a impressão de que o país assumiu um papel grandioso há muito tempo, uma posição quase inata, ou indiscutível. Por isso, não é difícil compreender a razão de tantos trabalhos desenvolvidos recentemente por pesquisadores em Relações Internacionais sobre o papel que o país assume após o fim da Guerra Fria e a emergência de uma suposta unipolaridade – a inexistência de outro polo de poder que não os Estados Unidos. Mas, como qualquer outra nação, os norte-americanos também têm uma história de surgimento, instabilidade, conflitos e, mais peculiarmente, ascensão.

O foco deste artigo está justamente no período em que o país passou a se enxergar de forma mais coesa e se permitiu dar novos passos na condução de sua política externa, com maior estreitamento de laços com seus vizinhos latino-americanos e alguns países asiáticos, além da formulação de doutrinas que estabelecessem um parâmetro de atuação em questões fronteiriças e outras dimensões de relações exteriores.

Seguimos a opinião de pesquisadores (KAGAN, 2007; LAFEBER, 1994; PECEQUILO, 2005) que associam o fenômeno da formação identitária dos Estados Unidos ao processo de Reconstrução no período pós-Guerra Civil, a partir de 1865. Isso permitiu ao país perseguir seus interesses de maneira mais unificada, com ênfase no restabelecimento de uma entidade que privilegiasse todas as suas regiões, a fim de alcançar aquilo que era expresso como um destino nato: uma terra e um povo especiais, selecionados divinamente e fadados a liderar um “novo mundo”. Tal ideia de que existiria um “excepcionalismo” norte-americano ficou conhecida como o “Destino Manifesto” e influenciou o imaginário social e político da nação que começaria a se erguer no século XIX (HUNT, 2009; ORTEGA Y MEDINA, 1989).

Seguindo a lógica de uma divisão periódica, podemos pensar em duas fases de constituição da política externa estadunidense: a primeira, de 1865 a 1898, de acomodação; e a segunda, entre 1898 e 1913, chamada de imperial. É importante lembrar que a expansão territorial norte-americana havia praticamente terminado com a aquisição das últimas áreas a oeste, caracterizando a primeira fase de assentamento no sentido de estabilização do território e dos interesses nacionais.

O período entre 1865 e 1898 pode não ter privilegiado a expansão territorial e uma proeminência de questões conflituosas com outros países, mas foi essencial na delimitação de fronteiras e preparou o país para os desafios que viriam. Especialmente a partir de 1898, com o advento da Guerra Hispano-Americana, os Estados Unidos parecem ter assumido de fato esse segundo lado do debate (engajamento maior em questões internacionais e investimento em garantias da projeção de poder), privilegiando uma presença mais forte em regiões como a América Central e o Oceano Pacífico. O conflito com a Espanha se tornou um marco do período que ficaria conhecido como o da expansão imperial, em que Estados Unidos agiram de forma firme e intrusiva em países vizinhos para garantir seus interesses e demonstrar ao mundo quem era de fato o “protetor” da América Latina, vista nesse contexto como área de influência exclusiva.

Nesse momento, o discurso da Doutrina Monroe² aparece com mais força, reafirmando a necessidade de afastamento dos europeus em questões do hemisfério ocidental, como era chamado o continente americano pelos presidentes e secretários de Estado dos Estados Unidos. Mais que a contemplação da diferença entre o “Novo” e “Velho” mundo, estaria a possibilidade de os Estados Unidos atuarem decisivamente na garantia dessa “gerência” continental.

No governo de Theodore Roosevelt, o “Corolário Roosevelt” dá uma nova dimensão à Doutrina Monroe: ficam explícitos os interesses norte-americanos em destacar que seriam eles os garantidores do cumprimento de contratos, dos pagamentos e da estabilidade no continente, assumindo para si o papel de interventor sempre que achassem necessário. O lema deixa de ser a estabilidade e passa a ser garantia da ordem, entendida sempre pelo viés dos interesses norte-americanos (LAFEBER, 1994; PECEQUILO, 2005; SEXTON, 2011). É também a partir dessa ascensão mais acentuada que os Estados Unidos passam a perceber a necessidade de investir nas suas Forças Armadas. Mesmo que tivessem ultrapassado os europeus em produção industrial e em crescimento econômico na virada para o século

² Doutrina que determinaria boa parte da política externa dos Estados Unidos para o Hemisfério Ocidental, surgida a partir da proclamação do presidente James Monroe (1817-1825) e de seu secretário de Estado à época, John Quincy Adams (1767-1848). A Doutrina previa o afastamento dos europeus das questões relacionadas ao continente americano como forma de evitar intervenções e o retorno às práticas colonialistas. Para mais detalhes sobre o surgimento da Doutrina Monroe, sugerimos a leitura de Sexton (2011) e Teixeira (2012).

XX, os norte-americanos ainda não tinham superioridade no que dizia respeito à Marinha e ao Exército.

Em uma obra que defendia os investimentos para expansão da Marinha, Alfred Mahan (1987) escreveu sobre a associação da emergência norte-americana com o papel que a Grã-Bretanha teria ocupado como potência naval – sua projeção de poder viria, essencialmente, da capacidade de garantir os recursos relacionados ao interesse nacional pela defesa de sua Marinha. A abordagem de Mahan combina a noção de Destino Manifesto que inspirou a expansão territorial da primeira metade do século, centrada na ideia de missão civilizadora dos povos anglo-saxões, com uma visão estratégica que considera o poderio naval e o controle dos mares como principais atributos do *status* de grande potência. Suas ideias terão grande influência entre políticos e intelectuais do país. Um de seus discípulos mais ilustres será Theodore Roosevelt, que, como presidente, enuncia, em dezembro de 1904, o Corolário para a Doutrina Monroe, manifesto precursor dos argumentos culturais do atraso latino-americano e da missão civilizadora dos Estados Unidos (AYERBE, 2002).

O presente trabalho privilegiará a análise desses acontecimentos pelo espectro da linguagem³. Buscaremos entender como certos formuladores de política externa dos Estados Unidos – aqui considerados os presidentes e seus secretários de Estado – assumiram determinadas narrativas como parte de uma ideologia que estabelecia distinções entre aquele que poderia ser considerado cidadão do país e o “outro”, apontado muitas vezes como inferior, bárbaro, ou constantemente dependente de ajuda, especialmente dos Estados Unidos (CAMPBELL, 1992; HUNT, 2009).

Queremos, portanto, analisar como fatores históricos e sociais influenciam os fatores políticos por meio de narrativas que se perpetuam ao longo do tempo. É o caso da Doutrina Monroe e do Destino Manifesto, que mesmo não tendo surgido no período estabelecido para a pesquisa, ocupam um papel fundamental para a análise proposta. Para isso, assumimos o papel da linguagem não apenas como ponte de significados, mas como um fenômeno essencialmente político, no qual diferenças e preconceitos são estabelecidos. Posteriormente, demonstraremos o papel da linguagem na constituição e na diferenciação de identidades.

³ Este artigo foi baseado na tese de doutorado do mesmo autor, cujo referencial teórico é considerado pós-estruturalista. Não faremos esse debate neste trabalho, mas se incentiva a leitura do arcabouço com base em autores como Walker (1993) e Campbell (1992).

Em um primeiro momento, discutiremos a formação ideológica do período, com base principalmente no chamado darwinismo social, que ganha força nos Estados Unidos e na Europa Ocidental a partir dos anos 1870. Nas décadas seguintes de 1880 e 1890, surgiram nos Estados Unidos diversas obras e ideias que ajudaram a pautar o pensamento da época. Buscaremos, portanto, apresentar uma seleção daqueles que consideramos os principais ideólogos do período e que ajudaram a definir as políticas e a formação identitária nos Estados Unidos das décadas seguintes. São eles: Alfred Thayer Mahan, Herbert Spencer, John Fiske e Josiah Strong. Assim, apresentaremos rapidamente parte dessas ideias.

Posteriormente, apresentaremos eventos e decisões que reiteram empiricamente a construção de alteridade nos Estados Unidos desde o pós-Guerra Civil até o ano de 1913, automaticamente anterior ao início da Primeira Guerra Mundial, quando outros processos identitários ganharão força. Nossa análise na segunda seção do artigo não priorizará nenhum dos governos, porque isso demandaria um trabalho distinto. Nosso objetivo, portanto, é ilustrar, por meio das relações raciais construídas pelos governos da época, como determinadas ideologias relacionavam a identidade americana às demais, à do “outro”, do “externo”, do “diferente”.

O darwinismo social

Segundo Gibran (2010), no começo do século XIX, começaram a surgir as primeiras tentativas de comprovação científica, entre os europeus, de que outras raças, como a negra, eram supostamente inferiores, partindo de modelos de anatomia comparada. Ao longo do século, diversos pesquisadores se basearam nessas ideias para institucionalizar e legitimar o racismo, e esse pensamento ganhou nova força quando surgiram as interpretações sociológicas acerca das obras de Charles Darwin sobre a evolução das espécies.

Para Bannister (1979), o darwinismo afetou o pensamento social de duas formas: diretamente, ao promover a ideia de que o homem deveria transcender as leis naturais ao invés de seguir seus ditames; e indiretamente, como uma arma sob o mito do darwinismo social e contra o *laissez-faire* e o utilitarismo. Com a virada do século, o conceito foi importante em diversos debates sobre relações raciais e eugenia e, enquanto mito social, distorceu

a realidade em razão de interesses considerados “tradicionais”, morais e religiosos.

De acordo com Goldman (1952), as teorias da época sustentavam que os povos europeus do sul e do leste europeu que migraram para os Estados Unidos não tinham o “instinto de liberdade”, base da democracia americana. Esse instinto teria aparecido primeiro nas florestas teutônicas e se espalhado como herança da raça anglo-saxã. Uma vez hereditário, não poderia ser adquirido pelos demais povos não-saxões, independentemente de viverem nos Estados Unidos, ou em outros ambientes democráticos. Apesar de a definição de anglo-saxão ser deveras vaga, era normalmente definida em termos dos povos da Europa ocidental, ou o mais afastado possível da África.

Também segundo o autor, o *status quo* proposto pelas teorias eugênicas era ainda conformado pela crença na confirmação divina. Aglutinava-se à ideia de superioridade racial a afirmação de que os cristãos carregavam consigo os valores morais das liberdades individuais. No âmbito religioso, ou pseudocientífico, essas ideias compartilhavam uma importante característica: eram todas concepções absolutas, assumidas à parte do mundo material e sem relação direta com tempo, espaço, interesses individuais, ou coletivos, especiais. A ideia é que fossem premissas que pudessem ser adotadas em qualquer período e por qualquer pessoa, camufladas em torno de expressões como “verdades absolutas”, “leis divinas”, “fatos objetivos”, “leis naturais”, etc.

Segundo Jones (2001), um dos seguidores mais proeminentes de Darwin, o sociológico Herbert Spencer transformou a concepção biológica darwinista em “leis sociais” que corroboravam o pensamento da época. O darwinismo biológico afirmava que todas as espécies haviam evoluído e continuavam evoluindo a partir de um processo de adaptação. De acordo com Spencer e sua lógica do darwinismo social, as sociedades também eram organismos que evoluíram e continuavam evoluindo a partir da lógica da sobrevivência do mais apto. Assim, as instituições sociais existentes e dominantes seriam as mais “aptas” enquanto hegemônicas. Da mesma forma, os empresários e comerciantes que se sobressaíssem o fariam por serem melhores e mais aptos que os demais menos evoluídos e assim por diante. Spencer defendia a regra de que nenhum homem em sã consciência buscaria quebrar a lei natural do processo evolucionário que pautava as relações sociais, o que reforçava o fato de que se uma sociedade, ou nação,

fosse considerada mais corrupta, ou inábil comercialmente, as demais “civilizadas” e prósperas teriam a quase obrigação de exercer o direito de conquista (GOLDMAN, 1952).

Para Orozco (1994), o acolhimento da obra de Spencer por acadêmicos, industriais e jornalistas, entre outros, demonstra a capilaridade de seu trabalho no espectro ideológico americano do final do século XIX e começo do século XX. Suas interpretações eram usadas para legitimar práticas de monopolização de setores da economia em torno do argumento de que a sobrevivência do mais forte se aplicava como lei de mercado. Da mesma forma, a expansão colonial, ou imperial, seria justificada a partir das mesmas premissas.

Nesse sentido, conforme aponta Weinberg (1935), o expansionismo americano serviria como ideologia justificadora das doutrinas de atuação em política externa. Envolveria tanto o aspecto metafísico da providência divina quanto leis e regras pseudocientíficas de como o mundo deveria funcionar. Essa ideologia de cunho moral e nacionalista legitimaria os anseios expansionistas do país como algo certo, que deve ser feito, e cujos opositores seriam “irracionais”, ou desprovidos da capacidade de entender.

Por isso, de acordo com os ditames do que viria a ser conhecido como anglo-saxonismo, todas as raças inferiores deveriam ser tratadas de modo distinto e particular. Apesar de cada raça ter suas fraquezas específicas, as raças “de cor” deveriam ser tratadas diferentemente das raças europeias, porque as últimas já teriam alcançado o grau de civilização adequado. Os imigrantes europeus eram, portanto, como se fossem “indígenas brancos”, assimiláveis não apenas cultural e economicamente, mas também no aspecto biológico (HUNT, 2009).

De acordo com Stephanson (1995), Josiah Strong foi central no movimento protestante dos Estados Unidos no final do século XIX e incorporava em seus textos três elementos importantes: uma “teologia liberal”, a ideia de missão doméstica e externa e um “evangelho social”. O primeiro era uma reinvenção da “teologia natural”, no sentido de readequar os chamados desígnios divinos em relação à crescente industrialização e crença nas verdades científicas da época. Deus, portanto, “concordaria” com a lógica da sobrevivência do mais apto e da hierarquia racial. A atividade missionária atingiu seu apogeu no final do século e ganhou força domesticamente, com a chegada de imigrantes para serem convertidos. No exterior, sua presença se

justificaria com o argumento da necessidade de levar as bênçãos do mundo para os povos não-cristãos e não-civilizados. Esses missionários, portanto, tinham uma lógica consistente em relação ao movimento expansionista da época. Por fim, o evangelho social era o elemento reformista desse sistema: as coisas precisavam ser remediadas, resgatadas e regeneradas.

Rosenberg (1982) afirma que a principal obra de Strong, *Our Country*, tinha a forma de um discurso jeremiado atualizado e de um cenário apocalíptico. Strong argumentava que o tempo caminhava rapidamente em direção ao momento final de competição entre as raças e que Deus havia dado aos anglo-saxões em geral, e aos Estados Unidos em particular, a missão de comandar e cristianizar o mundo não-civilizado. Providos e abençoados com amplos recursos e com uma vigorosa população, os Estados Unidos mostravam sinais de degeneração, o que colocava o senso de liberdade dos anglo-saxões e a pureza do cristianismo em perigo. Por isso, ele acreditava que a salvação viria das recompensas divinas advindas da atuação firme e decisiva dos anglo-saxões, representados pelos americanos e britânicos, no cenário internacional em que, somados, ocupavam um terço da superfície da Terra e mais de um quarto de sua população.

De acordo com Williams (1976) e Reed (1972), John Fiske, mais ou menos contemporâneo a Strong, introduziu o similar tema do imperialismo civilizacional – apesar de o termo “imperialismo” ser frequentemente evitado. Seu vocabulário era menos apocalíptico e mais histórico, apesar de sua trama permanecer ligada ao cristianismo. Fiske era um historiador e um dos primeiros evolucionistas dos Estados Unidos, tendo escolhido a temática do “Destino Manifesto” como um dos seus principais assuntos, a fim de introduzir as ideias políticas dos Estados Unidos no Reino Unido, em 1880. A história era para ele um conflito dual entre o avanço civilizatório e o retrocesso do barbarismo, um jogo de soma-zero que caminhava em direção a um fim de paz perpétua. O advento da nação americana teria sido decisivo nesse caminho, ao eliminar a presença dos inimigos continentais, como os franceses católicos, e proporcionar ao mundo um laboratório para o desenvolvimento do pensamento e das instituições anglo-saxônicas.

Adams (2009) aponta que a estrutura da narrativa de Fiske foi retirada diretamente de seu amigo britânico, Herbert Spencer. Este acreditava que todas as sociedades deveriam evoluir do

barbarismo à civilização por meio de três estágios distintos: o primeiro, a selvageria anárquica, evoluiria para um militarismo despótico, que se tornaria, por fim, capitalista e industrial. Todos esses estágios, contudo, existiam simultaneamente, uma vez que diferentes partes do mundo eram mais avançadas que as outras. A paz reinaria apenas quando o estágio final fosse generalizado, porque aí os Estados desapareceriam sob a eficiência política do *laissez-faire*. O militarismo era, portanto, visto como historicamente atrasado. Spencer se opôs, porém, à Guerra dos Bôeres, assim como certos americanos se opuseram à Guerra Hispano-Americana.

Ao mesmo tempo, ele acreditava fortemente na virtude dos conflitos em promover a “sobrevivência do mais apto”, frase marcante que criou em resposta à sua leitura de Darwin. A luta, para Spencer, era a grande essência do progresso evolutivo, biológico e histórico. Ademais, qualquer intervenção estatal no estágio mais avançado das civilizações, especialmente por meio de reformas com objetivo de gerar maior bem-estar social, seria irremediavelmente autodestrutiva, porque tornaria as classes mais baixas preguiçosas e acomodadas e evitaria o desejo constante da movimentação e do empreendimento (WILLIAMS, 1976).

Segundo Orozco (1994) e Thompson (2002), entre os anos de 1898 e 1919, o darwinismo social⁴ deixará de ser mera preferência intelectual e aristocrática para se consolidar como a filosofia e a empiria do capitalismo: a ideia de confirmar e dar tons científicos às práticas predatórias do capital e elevá-las ao código universal e atemporal da conduta humana e, portanto, das nações. Essa forma de pensar ajudou a forjar uma identidade militarista e racista e reforçou a divisão dos povos em classes e tipos superiores, ou inferiores, da mesma forma que os capitalistas bem-sucedidos se tornaram exemplos da “sobrevivência do mais forte” – ricos porque mais aptos.

⁴ Cabe recordar que, segundo Dickens (2000), o próprio Darwin não usa o termo “sobrevivência do mais apto”, ou mesmo “darwinismo social”, em sua obra *A evolução das espécies*. Segundo o autor, Darwin teve dificuldades em definir de que forma as questões sociais e culturais tornavam tão distintas e peculiares as características de cada povo e até que ponto a evolução realmente teria peso nessa formação. Entretanto, os debates posteriores nas sociedades científicas preferiram concentrar suas atenções na comparação entre os brancos e as demais “raças” e sobre como a primeira teria evoluído para se colocar em posição de destaque em detrimento das demais. A resposta viria pela subversão das propostas darwinistas: os brancos foram os que melhor se adaptaram a um contexto de crescimento populacional e de recursos limitados com a criação de instituições e valores que os permitissem evoluir em termos tecnológicos e culturais.

O discurso de uma nação excepcional foi feito concomitantemente à renovação da Marinha, quando começaram a surgir mais pesquisas sobre a necessidade de investir e entender a relação entre poder marítimo e segurança nacional. Nesse sentido, Alfred Thayer Mahan expôs uma série de ideias e influenciou políticos e tomadores de decisão a respeito do que os Estados Unidos deveriam fazer para perpetuar e aumentar sua influência em um contexto de disputas imperiais e políticas entre grandes potências.

Stephanson (1995) afirma que Mahan foi o único intelectual americano de sua época a ganhar extensiva notoriedade internacional. Capitão da Marinha, foi aparentemente medíocre atuando em seu ofício, mas em terra, durante sua atuação na Naval War College, ele se tornaria um dos proeminentes intelectuais do globalismo naval. Seu livro *The Influence of Sea Power upon History*, de 1890, tornou-se referência obrigatória para a crescente comunidade naval, ao oferecer ampla justificação histórica para a vigorosa expansão das marinhas do mundo. O kaiser alemão era um leitor devoto, e a rainha Victoria chegou a convidá-lo para uma conversa particular. Nos Estados Unidos, criou amizade com Theodore Roosevelt, o qual influenciaria diretamente.

De acordo com Mahan (1970), o povo americano viveu durante muito tempo com indiferença em relação aos acontecimentos fora de seu país, em parte por causa do isolamento esplêndido em razão dos dois oceanos que o margeiam, mas também de forma deliberada – recusavam alianças indesejadas e o envolvimento nas questões dos considerados corruptos e instáveis europeus. Tendo mudado as condições em que o mundo se encontrava, e a própria influência americana, evoluído, tornar-se-ia imperativo ao país entender e atuar melhor no que diz respeito às suas relações externas. Para Mahan (1977), o controle não dizia respeito aos entrepostos comerciais, mas à garantia de segurança e integridade. Uma força naval deveria ser capaz de projetar poder para além do que se considerava a *mainland* e os territórios contíguos. Deveria, portanto, navegar em pontos estratégicos e sob controle dos EUA.

Turk (1987) recorda que Mahan reafirmou a necessidade do poder naval ao conjecturar um cenário de derrota americana nos oceanos. O país perderia parte de seu território e teria de abdicar da Doutrina Monroe. Isso traria consequências diretas ao poder dos Estados Unidos no hemisfério ocidental: o afastamento do Panamá e a perda de posições estratégicas nos oceanos Atlântico

e Pacífico. Ele acrescenta ainda que a presença das grandes potências na balança de poder asiática forçava a necessidade de os Estados Unidos terem uma Marinha capaz de garantir seus interesses, especialmente no que dizia respeito à distribuição das áreas de influência no continente.

Segundo Karsten (1972), Mahan não era isento do racismo de sua época. Afirmou que um dos principais fatores do poder naval se encontrava na distribuição populacional, o que, para ele, significaria maior homogeneização da população envolvida. Sua posição, nesse caso, não trata da troca e do compartilhamento cultural entre povos distintos, mas da criação de uma massa orgânica que assimilasse determinadas características da raça anglo-saxã e, assim, transmitisse ideias e instituições mais estáveis e eficientes. Essa capacidade teria existido dentre todas as nações da civilização europeia e deveria ser incentivada em direção aos Estados Unidos – desde que viessem, em maior escala, povos do norte da Europa, cujas instituições seriam mais similares às americanas e permitiriam maior assimilação. Esses povos, geralmente os anglo-saxões, seriam, de acordo com Mahan (1970), mais aptos a internalizar certos valores e virtudes.

Para Tyner (2006), as obras de Mahan influenciaram profundamente o desenvolvimento da política externa americana, especialmente no que diz respeito às Filipinas e à necessidade de expandir as trocas comerciais por meio do poder marítimo e de garantir uma Marinha forte para a realização desse objetivo. Ele ainda advogava sobre uma “vontade nacional”, o ímpeto de cada país de arcar com os custos e buscar se impor quando necessário (dentro do que ele considerava como prioridades estratégicas, obviamente). Para tanto, recorria a conceitos próximos ao darwinismo social, como a ideia de que apenas o mais apto sobrevive na disputa entre as nações e que essa aptidão seria calculada em termos de poder militar e moral de um povo.

Por fim, em relação à visão de Mahan, Turk (1987) afirma que o expansionismo americano foi articulado como parte de um destino manifesto. No século XIX, o discurso de nacionalismo dos Estados Unidos se pautava na ideia de salvação e guia para o mundo, ou seja, o país como um farol e exemplo para os demais. Essa visão misturava interesses comerciais e apelo missionário no que consideravam agentes do destino da humanidade. Não seria de espantar que esses sentimentos fossem transpostos geograficamente para além da sua própria fronteira e do hemisfério ocidental.

O papel dos Estados Unidos em contexto histórico

De acordo com LaFeber (1998), assim que os Estados Unidos se tornaram mais confiantes quanto à sua preponderância na América Latina, os tomadores de decisão do país passaram a se concentrar mais diretamente no continente asiático. O que se chamava de “Oriente” – e era entendido principalmente como a China – passou a atrair cada vez mais a atenção de políticos e empresários americanos e, paulatinamente, colocou a região como foco natural da expansão imperial dos Estados Unidos. Parte dos ideólogos da expansão americana consideravam, porém, que algumas “etapas” deveriam ser cumpridas antes que o país se aventurasse na Ásia, como a melhoria da produtividade agrícola e industrial, a construção de Forças Armadas capazes de garantir os interesses americanos e a conquista de ilhas no Oceano Pacífico, que permitissem a sustentação de bases de apoio até o continente asiático.

Segundo Leuchtenburg (1952) e Schneirov (2006), nos anos 1890, os Estados Unidos passaram por eventos e transformações que permitiram a ascensão imperial definitiva: o consenso entre o setor público e privado acerca da necessidade de uma política externa expansionista, a disputa na Venezuela de 1895-1896⁵ e a Guerra Hispano-Americana, sendo o primeiro o mais importante, cuja existência permitiu a consecução dos outros dois. Esse consenso derivou, principalmente, da depressão econômica que afetou os Estados Unidos, de 1893 a 1897. Nesses anos, diversos estudos e análises feitos pelo governo de Grover Cleveland uniram o país em torno da necessidade de garantir mercados externos para perpetuar o crescimento econômico e a prosperidade dos americanos. Os grupos responsáveis por esses estudos ainda concluíram que a disputa comercial com o Reino Unido, especialmente na América Latina, ameaçava o bem-estar econômico dos Estados Unidos e que novas práticas e mercados deveriam ser perseguidos.

LaFeber (1994) afirma que a depressão econômica dos anos 1890 reanimou a disputa entre os *goldbugs*⁶ e os *silverites*⁷. Essa disputa tinha implicações diretas para a política externa,

⁵ Disputa diplomática entre Estados Unidos e Grã-Bretanha acerca da influência na Venezuela, em especial a navegação de rios na região. Foi determinante para ilustrar a atuação americana a partir da Doutrina Monroe e estabelecer limites aos europeus no continente.

⁶ Grupo que defendia um sistema monetário baseado exclusivamente no lastro em ouro.

⁷ Grupo que defendia um sistema monetário baseado no uso maior da prata em detrimento do ouro.

particularmente as relações comerciais dos Estados Unidos com os demais países, uma vez que forçava o governo Cleveland e os *goldbugs* a admitirem que a superprodução, e não a falta de dinheiro, era a principal causa da depressão. Esse excedente de oferta poderia ser resolvido com a redistribuição de produtos nos Estados Unidos, ou pela busca de novos mercados externos. Quando os setores público e privado optaram pela segunda alternativa, eles alteraram definitivamente o curso da política externa do país.

A depressão econômica persistiu, entre 1893 e 1894, quando o governo Cleveland decidiu desafogar a superprodução exportando, o que deveria ser feito rapidamente para diminuir o descontentamento geral da população e aplacar os críticos. Nesse sentido, o Departamento de Estado ganhou destaque como promotor dos interesses americanos e aquele capaz de garantir os mercados externos.

De acordo com Williams (2011), não apenas os diversos pedidos de falência na década de 1890 criaram as circunstâncias favoráveis à maior consolidação e centralização dos mercados em poucas companhias, como a crise convenceu os muitos americanos de que as liberdades econômicas tão apreciadas e exaltadas não mais conseguiam lidar com as tensões e os problemas que resultavam da industrialização do país. A começar pela fatídica *Black Friday*, o Pânico de 1893 iniciou um intenso e depressivo ciclo que durou até 1898. Isso significou o fim das oportunidades de investimento fácil e de grandes retornos que estavam em voga desde 1789, promovidos pela constante expansão da fronteira continental oeste.

Segundo McCormick (2009), uma mudança importante em 1890 foi a revolução na teoria econômica da época, que advogava que a expansão econômica não era apenas possível, mas essencial para a sobrevivência do capitalismo nos Estados Unidos. Essa visão buscava entender por que o país enfrentava crises recorrentes, apesar dos constantes aumentos na produção e na oferta: entre o final da Guerra Civil e os eventos de 1898, os americanos enfrentaram um período chamado de Longa Depressão, que envolveu três grandes pânicos financeiros, em 1873, 1874 e 1893, todos seguidos de depressão industrial.

A resposta das elites viria por meio de um consenso, em meados de 1890, de que os Estados Unidos sofriam reiteradamente de superprodução industrial e que o excedente estrutural de oferta sobre demanda havia deprimido as taxas de lucros.

Esse quadro poderia ser revertido apenas por meio da busca sistemática de mercados externos, embora muitos economistas apontassem que as verdadeiras causas eram o baixo consumo, a má distribuição de renda e o fato de o capital se acumular mais rapidamente do que era reinvestido.

A discussão em torno dessa questão foi chamada de Grande Debate (FRIEDEN, 1989; GO, 2007; KIERNAN, 2009; LAFEBER, 1994, 1998; WILLIAMS, 1980, 2011), entre os imperialistas e os anti-imperialistas que, na prática, ainda envolvia um terceiro grupo, vencedor, chamado de imperialistas pragmáticos. Apesar das divergências, todos concordavam que existia a necessidade de buscar novos mercados, além de haver semelhanças na abordagem, em relação a outros povos, geralmente racista (contra, ou a favor de práticas expansionistas). Os anti-imperialistas argumentavam que colônias eram indesejadas e desnecessárias, visão corroborada pelo presidente Grover Cleveland e por seu primeiro secretário de Estado, Walter Q. Gresham. O grupo via o colonialismo como antidemocrático, portanto, “libertar” um povo e depois submetê-lo novamente não faria sentido.

Além disso, defendiam que “a Constituição segue a bandeira”, ou seja, se os Estados Unidos anexassem ou colonizassem novas terras, teria de ser conferido *status* legal de cidadão americano aos povos correspondentes, o que não era desejado, pela crença de que povos “inferiores” não deveriam compartilhar as mesmas instituições e valores que os americanos, como os não-brancos e não-anglo-saxões. Os anti-imperialistas também alertavam que uma presença maior dos Estados Unidos no exterior demandaria investimentos cada vez mais volumosos em defesa e, por fim, defendiam que os americanos deveriam agir no sentido de espalhar os princípios do livre-comércio pelo mundo, sem necessariamente arcar com os custos de ocupar, ou colonizar eles mesmos, outros territórios.

Os imperialistas abordaram a questão de forma distinta, tendo seu foco, em vários momentos, tangenciando as ideias de honra nacional, valor pessoal e o “fardo do homem branco”. O primeiro argumento pró-expansionismo apontava que a expansão comercial exigia estabilidade política como requisito prévio e que isso poderia ser obtido nos países subdesenvolvidos somente após a imposição via uma potência externa. Essa premissa já ilustrava parte do racismo do grupo, ao supor que nações e povos não-brancos não teriam capacidade de se autogovernar, ou de garantir estabilidade política. Além disso, os imperialistas

defendiam que o livre-comércio, pelo menos no futuro próximo, não entendia as necessidades urgentes de expansão comercial do país: as demais potências já adotavam práticas contrárias à liberalização comercial com maior protecionismo, sistemas de trocas preferenciais e esferas de influência. Se os Estados Unidos quisessem garantir sua posição enquanto uma dessas potências, argumentava o grupo, deveriam jogar com as mesmas regras. Por fim, propagavam a crença de que os conflitos militares poderiam ser benéficos como forma de ressuscitar os valores marciais e a honra nacional.

Por um lado, os pragmáticos concordavam com os imperialistas que o expansionismo exigiria o uso da força, ou a capacidade de ameaçar possíveis inimigos e adversários. Não à toa, foram responsáveis por grande apoio à reconstrução da Marinha americana a partir de 1890. Ainda sustentavam a tese de que acordos de livre-comércio, naquele momento, eram insustentáveis em razão das disputas comerciais e geopolíticas em questão. Por outro lado, concordavam com os anti-imperialistas sobre a necessidade de erguer um sistema colonial de larga escala e irrestrito, especialmente por causa dos altos custos envolvidos – as colônias teriam de ser administradas e defendidas, alienando parte do orçamento do país fora de suas demandas continentais. Os imperialistas pragmáticos concordavam sobre a necessidade de estabelecer protetorados, ou colônias, se as circunstâncias exigissem tal empreitada, especialmente quando houvesse interesses divergentes de outras potências, ou a região fosse geograficamente estratégica para os Estados Unidos, como no caso do Caribe e das ilhas do Pacífico no caminho para a Ásia.

Ao final do ano de 1900, o Grande Debate havia praticamente terminado, com os pragmáticos tendo vencido por duas razões. A primeira dizia respeito à sua proximidade junto às grandes corporações e aos industriais da época, o que lhes garantiu apoio financeiro e ajudou na formação do consenso sobre a ideia de império nos principais círculos empresariais. A segunda concerne às questões práticas: a realidade, com a aquisição dos territórios após a Guerra Hispano-Americana, forçou os dois outros grupos a adequarem seu discurso em torno de proposições mais próximas aos pragmáticos.

A construção da alteridade

A depressão econômica decorrente da quebra de uma série de bancos, em 1873, gerou uma série de consequências no plano doméstico e internacional. As ferrovias que haviam sido o carro-chefe do crescimento econômico do país passaram por uma crise profunda, e teve início um processo forte de fusão e aquisição de empresas na formação de oligopólios em alguns setores da economia americana (SILBER, 1993). A justificativa da época para a crise foi a superprodução, e os culpados pela falta de emprego, especialmente no oeste do país, foram os imigrantes, particularmente os chineses. Dessa forma, muitos políticos seriam eleitos com base em plataformas de restrição de imigrantes e advogando a busca de novos mercados para desafogar a produção interna, o que é corroborado pelos discursos do presidente no mesmo sentido.

Para Ulysses Grant, os americanos teriam de expandir sua participação no mercado internacional, a fim de que a capacidade produtiva permanecesse alta, e o país pudesse gerar empregos e renda para a população (SIMPSON, 1998). Sua política externa chega a ser interpretada como confusa, porque o presidente defende os princípios tradicionais de não-envolvimento e de não-interferência, mas luta pela anexação da ilha de Hispaniola no Caribe. Há, portanto, um paradoxo que seguirá e pautará a política externa do país em diversos governos do pós-Guerra Civil: o argumento da necessidade de novos mercados e a defesa de um isolamento das grandes questões de política internacional (STEPHANSON, 1995).

Trata-se de um dilema, mas nem tanto: esse isolamento refere-se, principalmente, à possibilidade de os Estados Unidos se envolverem de forma direta em questões relacionadas às alianças, rivalidades e disputas entre os europeus, ainda mais nesse período de expansão imperialista, como afirma LaFeber (1994). Por isso, a expansão comercial é vista de forma natural, como parte de um “Destino Manifesto” – o país teria as condições “naturais” para garantir a maior parcela dos mercados, porque o povo americano seria “produtivo e industrial”.

Dessa forma, a expansão comercial não seria “expansionismo”, porque não foi encarada como a prática adotada pelos europeus de colonização e conquista territorial. Nesse sentido, os princípios de não-intervenção e de não-envolvimento seriam respeitados, somando-se aí a negação de toda e qualquer pos-

sibilidade de expansão “colonial”, o que era reiteradamente justificado pelo passado do país enquanto ex-colônia e a partir de um “dever moral” para com os demais povos que buscassem se libertar do jugo e da exploração europeia. A relação república/monarquia ainda persiste na narrativa construída por Grant e novamente é associada à ideia de que o Hemisfério Ocidental é área “exclusiva” para o regime republicano. Por isso, todos os territórios, países e colônias do continente “naturalmente” se tornarão repúblicas no futuro, e os Estados Unidos vão liderar esse processo como parte de sua responsabilidade “natural” derivada de seu Destino Manifesto (SEXTON, 2011; STEPHANSON, 1995).

É possível perceber uma similaridade entre a concessão da cidadania aos negros nos Estados Unidos com o discurso que pauta a negação da possibilidade de concessão da cidadania aos povos da ilha de Hispaniola durante o governo de Ulysses Grant. A relação, já existente no período pós-Guerra Civil, de superior/inferior, apto/inapto, branco/negro é reiterada como forma de definir quem é o americano e quem é o outro que ameaça suas instituições, seu modo de vida, seu *self* (HIERS, 2013). Ainda assim, Grant insistiu em sua ideia, ao invocar a Doutrina Monroe a fim de legitimar o pedido de anexação: a tentativa buscava alertar para o “valor estratégico” da ilha, que “naturalmente” geraria a cobiça dos europeus e os atrairia para o hemisfério (GRANT, 1870, 1873a, 1873b, 1876). Esse discurso não teve resultado, porque o Senado não havia de fato estabelecido relações empíricas que apontassem para esse curso. A Doutrina Monroe ainda não era percebida de forma proativa, no sentido de garantir a atuação preventiva dos Estados Unidos nos países do continente, mas como defesa e na tentativa de afastar previamente a possibilidade das ameaças externas.

Para a Ásia, Grant assumiu postura mais assertiva que seu antecessor, Andrew Johnson, mas ainda muito tímida se comparada a de governos que lhe sucederam. De acordo com Soennichsen (2011), o Pânico de 1873 gerou um discurso forte de combate aos imigrantes, e os chineses, que anteriormente eram chamados de “celestiais”, passaram a ser construídos como culpados. Adicionalmente, a dispersão desse povo pelo território americano, em especial no oeste do país, geraria uma aproximação que reforçaria as diferenças. A ideia que os americanos tinham da China e do Japão era carregada de misticismo e de exotismo pela grande diferença cultural e geográfica. A proximidade e

a presença cotidiana desses chineses, somadas aos relatos de missionários que voltavam da China, mudaram essa percepção, de apenas “diferente”, para inferior, sujo, corrupto e pagão (GRANT, 1874).

Essa construção identitária seria atribuída aos chineses como forma de justificar a ideia de que eles não eram “aptos” a viverem nos Estados Unidos, a compartilharem a cidadania, as instituições e os valores do país. Em última instância, eles estariam corrompendo os americanos. Assim, a narrativa mais utilizada para determinar o chinês como “outro” foi a de construí-lo com base na imagem dos *coolies*, intermediários no processo de trânsito de chineses escravizados na Ásia e levados para trabalhar em diversas partes do mundo contra sua vontade (GRANT, 1873b; HERRING, 2008).

Rutherford Hayes assumiu a Casa Branca após um confuso pleito em que perderia nos votos populares, mas ganharia no voto do colegiado, depois que uma comissão eleitoral delegou votos em disputa (WILLIAMS, 2011). Para assumir, teve de firmar o Compromisso de 1877, em que garantia aos americanos o fim das intervenções por parte do governo militar nos estados do Sul, o que de fato cumpriu. Esse arranjo foi ainda responsável pelo fim do programa da Reconstrução e pela saída da questão dos negros na sociedade americana como pauta principal do debate político, que se concentraria principalmente na necessidade de garantias ao crescimento econômico – o período foi marcado por sucessivas crises e greves gerais.

A partir de um discurso de que era necessário superar as questões do passado – em alusão às disputas com os sulistas, à questão dos negros e ao programa da Reconstrução –, Hayes adotou uma política externa enquanto política comercial (HAYES, 1877a, 1877b). Suas propostas tinham caráter fortemente tradicional, na defesa dos princípios clássicos de política externa do país, como a não-intervenção e o não-envolvimento, além da reiterada alusão aos objetivos da Doutrina Monroe. Sua meta era aumentar a presença comercial americana em outros países, principalmente no Hemisfério Ocidental, de forma a garantir que esses mercados pudessem receber produtos americanos e incentivar a indústria do país.

Por isso, muito do discurso relacionado à defesa dos interesses americanos esteve associado à ideia de que a Doutrina Monroe serviria como protetora da atuação americana quanto à necessidade de construção de um canal no istmo do Panamá e

ao aumento das relações comerciais (HAYES, 1880). Ao contrário dos chineses, que continuaram a sofrer perseguição nos Estados Unidos, os japoneses eram retratados como um povo que se destinava à grandeza, que simulava o Ocidente e demonstrava capacidade de se tornar “civilizado” (HAYES, 1879, 1880). Quanto à imigração chinesa, foi em seu mandato a aprovação do Tratado Angell, que iniciou o processo de maior rigidez à entrada de trabalhadores do país nos Estados Unidos (ZHU, 2013).

Essa política ganhou força e marcou definitivamente a exclusão dos trabalhadores provenientes da China a partir do *Chinese Exclusion Act*, de 1882, aprovado pelo presidente Chester Arthur. Para além da questão dos chineses, o governo Arthur carregava similaridades e pode ser entendido como continuidade ao governo Hayes – é possível apontar para uma linha de atuação da política externa americana comum do governo Hayes ao governo Harrison (HERRING, 2008; HUNT, 2009). Arthur também defendia os princípios tradicionais de não-envolvimento e de não-intervenção, além do uso da arbitragem e dos bons ofícios como instrumentos de resolução de conflitos. Nesse sentido, é possível perceber que a relação de maior presença comercial seria justificada por uma maior dependência dos mercados latino-americanos dos Estados Unidos, no que se chamou de um “alargamento” das relações hemisféricas no período (ARTHUR, 1884).

No governo seguinte, é interessante apontar que, apesar de adotar discurso de apoio às práticas isolacionistas dos Estados Unidos, Grover Cleveland buscou demarcar a posição americana em relação às possessões espanholas no Caribe, determinando que Cuba e Porto Rico fossem partes “indissociáveis” do sistema econômico americano – em alusão similar ao *status* do Havaí, com quem os Estados Unidos tinham um tratado de reciprocidade em vigor que limitava a soberania das ilhas e gerava exclusividade comercial (SEXTON, 2011). Para o presidente Cleveland (1886), a Espanha deveria assumir o papel de “facilitadora” do processo de entrada de investimentos e produtos americanos em suas possessões – o discurso, portanto, corrobora a ideia de um hemisfério cuja predominância é americana, e o curso “natural” dos territórios é seguir rumo à independência e ao republicanismo.

O discurso e a prática no governo Cleveland podem ser associados sem contradições à avaliação que o presidente fez sobre a atuação do país em Samoa. Ali, ele entendeu que a governança das ilhas com os britânicos e com os alemães

representava um desvio dos princípios de não-envolvimento e da própria Doutrina Monroe, uma vez que os europeus estariam presentes (HERRING, 2008; LAFEVER, 1994; LINK, 1965). Em relação à China, o governo Cleveland foi responsável pelo aumento das restrições aos chineses, com justificativas mais racialmente discriminatórias que os governos anteriores, a partir da lógica de diferenciação entre americanos e chineses (CLEVELAND, 1885a, 1885b).

No âmbito legal, ainda foram aprovadas duas leis, a *Scott Act* e a *Geary Act*, que limitavam ainda mais a presença dos cidadãos da China no país e restringiam seus direitos, enquanto estivessem nos Estados Unidos. Sobre a renovação da Marinha americana, Cleveland (1885b, 1888) defendeu seu aumento e modernização, mas sua justificativa foi além da esfera comercial, demonstrando a necessidade de investimentos para que o país tivesse meios de se proteger, caso fosse necessário. Este discurso será reiterado futuramente por outros presidentes.

Benjamin Harrison não se distanciou dos seus antecessores: defendeu os mesmos princípios e o fortalecimento das relações hemisféricas (HARRISON, 1889a, 1889b). Em seu governo, foi realizada a Conferência de Washington, que reuniu líderes dos países do continente com o intuito de promover o comércio e outras atividades adjacentes. De acordo com Herring (2008) e Blakeslee (1917), para além das questões comerciais, havia o intuito de reforçar a crença na Doutrina Monroe, enquanto mecanismo de proteção contra ameaças externas, e de tentar criar instrumentos comuns de finanças internacionais. Segundo Pletcher (1978) e Lake (1988), os objetivos americanos na conferência eram fortemente ligados às questões econômicas.

Os objetivos mais simbólicos da Conferência dizem, ainda, respeito à tentativa de Harrison de estabelecer maior controle sobre os governos latino-americanos, considerados instáveis e propensos a constantes trocas de poder (SEXTON, 2011). O governo à época achava que essa instabilidade poderia chamar a atenção dos europeus, a fim de reconquistar territórios na região. Isso seria uma violação da Doutrina Monroe, a qual Harrison buscou que os representantes hemisféricos aceitassem formalmente como forma de demonstrar coesão política.

O governo Harrison conseguiu estabelecer tratado de reciprocidade com a Espanha em relação a Cuba e a Porto Rico, um objetivo antigo dos governos americanos, que chamaria de "arranjo especial", o que demonstrava, desde aquele momento,

o *status* que as ilhas tinham para os interesses americanos na região (HARRISON, 1890). Quanto ao Havaí, foi feito um reforço do tratado de reciprocidade existente, que reconhecia o arquipélago como parte do Hemisfério Ocidental, conferindo-lhe os mesmos “benefícios” concernentes à Doutrina Monroe e delegando aos americanos a possibilidade de construírem uma base naval em Pearl Harbor (HARRISON, 1891).

O segundo governo Cleveland marca o fim do período de acomodação da política externa dos Estados Unidos, último antes de McKinley e da Guerra Hispano-Americana, portanto. O discurso anti-imperialista, da década de 1890, ganhou força com o presidente, e a mesma narrativa de não-intervenção e não-envolvimento, além da defesa da Doutrina Monroe, foi reiterada (CLEVELAND, 1893). Ao longo de seu mandato, os Estados Unidos passaram por mais uma forte crise, o Pânico de 1893, que foi seguido de depressão econômica. Mais uma vez, a causa foi atrelada à ideia de superprodução, o que levou ao fortalecimento da necessidade de os americanos expandirem ainda mais sua presença comercial.

As disputas fronteiriças de países europeus com a Venezuela demonstraram como os Estados Unidos passaram a entender a Doutrina Monroe de forma distinta, menos reativa que nos governos anteriores. Nesse sentido, a postura mais firme dos americanos em evitar a presença europeia no continente é ainda corroborada por um papel de intermediador: os Estados Unidos passaram a servir de terceiro interessado em disputas entre europeus e latino-americanos sem, contudo, assumir posição favorável aos países do hemisfério *a priori* (CLEVELAND, 1893; 1895). As ações empenhadas por Cleveland na primeira crise da Venezuela marcam ainda o reconhecimento britânico da supremacia americana no continente, que virá a ser reforçado nos anos seguintes (BOYLE, 1978; LAFEBER, 1994).

De acordo com Williams (1980), a revolta em Cuba pautou boa parte da agenda externa dos Estados Unidos no final da década, e os eventos ocorridos no governo Cleveland se estenderiam ao seguinte com consequências diretas para as sucessivas administrações. Os problemas tiveram início após a aprovação, pelos Estados Unidos, da Tarifa Wilson-Gorman, de 1894, que restringia direitos comerciais dos cubanos no mercado americano e levou à crise econômica na ilha. O aumento das hostilidades chamou a atenção dos americanos, que adotaram discurso similar ao da revolta anterior, apontando para a necessidade

de defender os interesses e a vida dos americanos em Cuba. É possível perceber, porém, que a ilha tem maior destaque que anteriormente, sendo considerada parte de um mesmo sistema econômico que os Estados Unidos liderariam (LAFEBER, 1998).

Assim, a destruição decorrente do conflito entre insurgentes e o governo espanhol causou apreensão nos americanos por terem seus investimentos diretamente ameaçados, o que também foi realçado pela imprensa da época e pela pressão da opinião pública que cobrava ações mais enérgicas do país. Disso pode-se concluir que o país havia superado o trauma da Guerra Civil e parecia se eximir do medo de um conflito maior, tendo parte da imprensa requisitado intervenção direta do país na ilha. Cleveland assumiu, entretanto, sua posição anti-imperialista e entendia que ações mais assertivas em relação a Cuba violariam os tradicionais princípios americanos de política externa, tendo optado pela pressão sobre os espanhóis por maior autonomia aos cubanos (CLEVELAND, 1895, 1896; JONES, 2001).

Essa mesma postura anti-imperialista também vai postergar os planos da anexação do Havaí, a qual Cleveland considerava desnecessária e sem justificativa prática, segundo Hammett (1976) e LaFeber (1994). Em relação ao Japão, ganha ainda mais força a construção discursiva em relação à grandeza dos japoneses, povo que teria capacidades e virtudes “quase” ocidentais em decorrência da modernização por que passou o país (CLEVELAND, 1894). Por isso, é possível perceber que há uma transformação identitária em curso do Japão, que se inicia em governos anteriores de forma tímida e ganhará corpo nos governos que sucedem a Cleveland.

De acordo com LaFeber (1994) e Hunt (2009), a Guerra Hispano-Americana, enquanto consequência do agravamento da insurgência cubana e da crise entre Estados Unidos e Espanha, deu início ao período imperial na história americana. Nesse sentido, a *splendid little war* usou a Doutrina Monroe como forma de legitimar a retirada dos últimos resquícios de possessões espanholas no hemisfério por meio de construções discursivas muito próprias, mas que retomam narrativas anteriores (MCKINLEY, 1897). A identidade americana foi construída em torno dos significantes do salvador, libertador, guardião, herói, exemplo em relação a Cuba, cuja identificação foi feita em torno da ideia de indefesa, fraca, explorada, inocente e carente (MCKINLEY, 1898).

Assim, a ideia que mais chama a atenção, nesse sentido, é de uma relação de diferenciação binária entre masculino/feminino, superior/inferior, soberano/dependente, entre outros. Portanto, a Emenda Teller à Constituição americana e a Emenda Platt à Constituição cubana reforçam a ideia de tutela, protetorado, dependência e submissão, além de usar premissas raciais e hierárquicas para apresentar os cubanos como incapazes e inferiores.

Tanto em relação a Cuba quanto às Filipinas (que seriam anexadas pouco depois da declaração de guerra entre Estados Unidos e Espanha), os americanos se colocam enquanto responsáveis moralmente, e isso acontecerá reiteradamente nos governos McKinley em diante (MCKINLEY, 1899). Esses povos seriam inferiores, não-civilizados, não-brancos, não-anglo-saxões, com base na lógica da predestinação, de um Destino Manifesto. Os americanos teriam o dever de agir para resgatar esses povos do histórico de ocupação inferior, colonial, católica, latina dos espanhóis e levá-los à civilização plena. Essa formação identitária é sempre construída em base moral como justificativa das ocupações em detrimento de uma possível interpretação dos Estados Unidos enquanto colonizadores. Os americanos tentam, assim, distanciar-se da imagem de império colonial, agressivo e europeu, para se autodefinirem, partindo da ideia da “assimilação benevolente”.

Por isso mesmo, quando se referem aos demais povos e a essa responsabilidade, os presidentes alertam para a necessidade de “bondade e paciência”, como se estivessem lidando com crianças, jovens e afins, ou seja, com pessoas imaturas, incapazes, dependentes, explosivas, despreparadas, inaptas, etc. No auge do processo civilizatório, os americanos teriam de ser moralmente superiores e aceitar que o “fardo do homem branco” pressupõe transmitir suas instituições e seus valores aos povos supostamente inferiores.

Segundo Zevin (1972) e Go (2007), as críticas não demoraram a aparecer e, já no início de 1898, os grupos anti-imperialistas acusavam o governo de corromper o idealismo americano e de agir de forma contraditória, ao anexar as Filipinas, mas não seguir o mesmo curso com Cuba, por exemplo. Além disso, o argumento racista se pautava na ideia de que a população branca do Havaí, de Guam e de Porto Rico seria numerosa o suficiente para a anexação, em contraste com os filipinos de “pele escura”, que eram de origem malaia, notadamente discriminados nos discursos

darwinistas sociais – mais um argumento que dizia respeito à possibilidade do acirramento das rivalidades na região após maior envolvimento dos americanos. Ainda assim, e mesmo com o apoio de Andrew Carnegie, Mark Twain e de outros notáveis, os anti-imperialistas foram incapazes de reverter as decisões do governo, ou de pautar a agenda do período.

Já Williams (2011) e Hunt (2009) afirmam que foram muitas as associações e os empresários da época que apoiaram a decisão de McKinley, que tinha ainda o respaldo de Theodore Roosevelt, Henry Lodge e de outros importantes políticos da época. O acordo com a Espanha e a conquista dos novos territórios representariam uma demonstração da superioridade natural dos americanos frente aos chamados “latinos do mediterrâneo europeu” (HUNT, 2007). Em um contexto mais amplo, a disputa imperial com as demais potências, como Japão e Alemanha, aconteceria naturalmente e os americanos deveriam assumir o “fardo” de garantir a expansão da democracia, da liberdade e da civilização como baluartes às demais nações.

Especialmente nos governos McKinley e Roosevelt, que melhor expressam o espírito de época em questão, ganha destaque a narrativa do darwinismo social enquanto legitimador social. Os termos spencerianos de “sobrevivência do mais apto” e “luta pela sobrevivência” ganham um sentido próprio em meio às disputas imperialistas do final do século XIX e começo do século XX. Hunt (2009) ainda aponta que a concepção de grandeza nacional de Roosevelt se conectava diretamente com sua preocupação com as questões raciais. O presidente lia com voracidade e escrevia da mesma forma sobre o assunto e, ao se expressar, buscava empregar a mesma linguagem pseudocientífica dos epítetos populares sobre a temática. Ele tomava o mundo como uma arena de eterna competição entre as raças e, portanto, entre as nações. O choque entre as raças civilizadas e as bárbaras era inevitável, e o progresso poderia vir somente pela submissão dos bárbaros ao homem civilizado.

Nesse contexto, Roosevelt entendia que a raça mais civilizada e, assim, superior, era a dos anglo-saxões, os quais descrevia como corajosos, empenhados, frios e inteligentes. De acordo com Vitalis (2010) e Adams (2009), Roosevelt achava desprezível a passividade, a indisciplina e a fraqueza dos chineses, enquanto os filipinos eram caracterizados como selvagens. Dentre os orientais, apenas os japoneses escapariam a tais caracterizações (ROOSEVELT, 1902). De fato, o presidente teria admirado a vitória

do Japão sobre a China e a Rússia em confrontos diretos no continente asiático. Para ele, os latinos tinham “sangue quente” e eram covardes, politicamente incompetentes e chocantemente miscigenados.

Segundo Oyos (1996), as visões de mundo de Roosevelt o impeliram a apoiar uma política externa mais assertiva nas décadas de 1880 e 1890. Contra as pretensões alemãs em Samoa, os obstinados e insolentes chilenos, os opositores à anexação do Haváí e a intromissão dos britânicos nas Américas, Roosevelt chamava os Estados Unidos a assumir seu papel de grande potência e preponderância enquanto “polícia” do hemisfério e adjacências (ROOSEVELT, 1901). Junto aos europeus, os americanos deveriam trazer ordem ao caos e, para isso, seria necessária uma Marinha que fizesse jus a tais propostas (HUNT, 2009).

Durante o governo Roosevelt, a Doutrina Monroe ainda ganharia um Corolário que pautou as ações em relação aos países do hemisfério. Roosevelt conseguiu dar novo ímpeto e sentido à Doutrina Monroe, atribuindo-lhe caráter proativo, de ação direta, para a garantia dos interesses americanos, preventivamente à atuação dos europeus no hemisfério (SEXTON, 2011). Assim, os americanos enviaram tropas, ou intervieram em questões comerciais, ou em disputas entre latino-americanos e europeus, para demonstrar o engajamento do país e restringir a capacidade das demais potências de exercerem influência sobre os países do hemisfério.

De acordo com Sexton (2011), os benefícios para os americanos eram autoevidentes: a Doutrina Monroe assegurava os interesses comerciais e estratégicos no Hemisfério Ocidental. Roosevelt iria além, contudo, ao enfatizar que ela ainda seria responsável por uma constituição mais ampla da ideia de civilização. Assim, ao estabelecer o controle do Hemisfério Ocidental, essa doutrina poderia eliminar a rivalidade das grandes potências na região, como Cuba e o canal istmico na América Central. Nesse sentido, a hegemonia americana beneficiaria a todos, uma vez que preveniria potenciais guerras entre as grandes potências civilizadas. De fato, Roosevelt lamentou não ter poder suficiente para implementar a Doutrina Monroe na China, onde a competição imperial ameaçava a estabilidade internacional.

Considerações finais

A adoção de um discurso abertamente racista e de superioridade em relação a outros povos e nações foi sendo gradualmente construída no contexto político-ideológico dos Estados Unidos, mas é possível perceber que ganha contornos mais claros no final do século XIX e começo do século XX. Essa relação de alteridade se intensificou ao mesmo tempo em que ganharam força o discurso e a atuação imperial dos americanos a partir da Guerra Hispano-Americana.

Inicialmente, esses movimentos em direção a uma política externa mais intervencionista não foram bem-sucedidos, porque faltavam a eles um consenso entre o governo, a opinião pública e uma ideologia imperial capaz de “dar liga” a essa narrativa. A Guerra Civil fez os americanos voltarem suas atenções para as questões domésticas, relegando a política externa ao segundo plano das preocupações nacionais. Apenas da década de 1880 em diante, quando surgem novas ideias, publicações e pensadores capazes de influenciar e recriar a percepção dos americanos, em geral, e dos presidentes, em particular, o país demonstra unir a vontade (aspecto subjetivo) com o poder (aspecto material) na busca de uma posição mais efetiva no cenário internacional. Nesse sentido, apesar de ter sido evitada até certo ponto, a Guerra Hispano-Americana representou o grande ponto de inflexão desse momento, em que os Estados Unidos parecem ter-se desamarrado do que os prendia, em termos de expandir efetivamente seu território e sua influência no hemisfério (especialmente na América Central e Caribe) e na região do que se entende por Ásia-Pacífico.

Essa estratégia de construção hegemônica rendeu aos Estados Unidos uma série de vantagens durante e depois do processo de consolidação imperial: estabeleceu os Estados Unidos enquanto uma das grandes potências da época e grande mediador de conflitos internacionais, gerou maior legitimidade quanto à Doutrina Monroe e definitivamente cooptou as elites americanas em torno do projeto de Estado expansionista e imperial. Para tanto, foi essencial que o país tivesse evitado a lógica hierárquica clássica dos demais impérios (como a colonização europeia, por exemplo), em favor, principalmente, da descentralização conectada a uma forte política de integração (ou seja, um controle a partir de governadores e administradores militares).

Hunt (2007) ainda aponta que a evolução do corpo burocrático americano também foi consequência do período imperial. O Estado empregava mais e melhor, a fim de garantir que suas políticas e programas fossem bem atendidos domesticamente e no exterior. O número de civis empregados aumentou de 50 mil, em 1871, para 231 mil, em 1901, e 645 mil, em 1920. Esses funcionários estavam se tornando mais profissionais, menos ligados a padrinhos políticos e, portanto, servidores mais eficientes. De 1890 até a véspera da Primeira Guerra Mundial, o governo americano consumia recursos em torno de 3% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, consideravelmente menos que todas as outras grandes potências, mas o PIB americano sozinho era muito maior que o de todos os outros – mais que o dobro da economia britânica e alemã, e quase quatro vezes maior que a economia francesa, em 1913. Em relação à Europa, esta figurou em terceiro lugar nas preocupações americanas na virada do século.

Dentro de uma década e meia, contudo, o país seria tomado pela rivalidade anglo-germânica que colocaria o continente europeu na centralidade da política externa americana. A chave para isso adviria da reaproximação histórica com os britânicos, inspirada pelo sentimento de anglo-saxonismo perpetuado pela elite política americana. Os britânicos eram considerados “parentes” que compartilhavam a mesma devoção a uma liberdade ordeira, ao livre-comércio e à busca pela estabilidade do sistema internacional. Quanto aos alemães, passaram a ser gradualmente construídos como arrogantes, belicosos e despóticos – a transformação destes enquanto inimigos comuns aos anglo-saxões teria implicações estratégicas importantes.

Por fim, cabe apontar que é interessante o *timing* em que esse artigo é concluído, de exacerbação das disputas políticas, étnicas e sociais nos Estados Unidos e no mundo. Depois de mais de um século, as mesmas características de significação entre dentro/fora e eu/outro ainda são responsáveis pela exclusão e discriminação de povos e culturas. A ascensão de diversos líderes conservadores no Hemisfério Ocidental, mas também na Europa e no Japão, sob a narrativa do “outro” enquanto inferior e ameaçador ao “meu” estilo de vida, demonstra que, a despeito do que muito se afirma, a “evolução” não acontece de forma linear e contínua. As identidades, os atores e o “outro” são construídos em processos de reconfiguração, negação e assimilação, que carregam consigo preconceitos, amores e ódios.

LEITE, L. A. B. Social darwinism and alterity in United States: from the Civil War to the imperial rise. *Perspectivas*, São Paulo, v. 54, p. 73-106, jul./dez. 2019.

■ **ABSTRACT:** *This paper seeks to understand how certain foreign policy makers in the United States – here considered presidents and their secretaries of state – took on certain narratives as part of an ideology that distinguished between what could be considered a citizen and the “other”, considered often as inferior, barbaric or constantly dependent on aid. During this period there was also a prejudiced interpretation based on the ideas called “Social Darwinism”: the assumption that, just as among species, human beings could also be divided between races. This division clearly privileged the notion that colonized peoples and the former European colonies would not be intellectually advanced to constitute “advanced” societies, political institutions and order. We therefore want to analyze how historical and social aspects influence political factors through narratives that are perpetuated over time. This is the case of the Monroe Doctrine and the Manifest Destiny, which, even though they did not appear in the period established, occupy a fundamental role for the analysis. We assume the role of language not only as a bridge of meanings, but as an essentially political phenomenon, in which differences and prejudices are established.*

■ **KEYWORDS:** *United States. Social darwinism. Alterity. American foreign policy. Discourse analysis.*

Referências

ADAMS, B. World conquerors or a dying people? Racial theory, regional anxiety, and the Brahmin Anglo-saxonists. *The Journal of the Gilded Age and Progressive Era*, v. 8, n. 2, p. 189-2015, 2009.

ARTHUR, C. *Fourth Annual Message*. December 1, 1884. Disponível em: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29525>. Acesso em 12 maio 2020.

AYERBE, L. F. *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

BANNISTER, R. C. *Social Darwinism: science and myth in Anglo-American social thought*. Philadelphia: Temple University Press, 1979.

BLAKESLEE, G. H. True Pan-Americanism: a policy of cooperation with other American republics. *The Journal of Race Development*, v. 7, n. 3, p. 342, 1917.

BOYLE, T. The Venezuela crisis and the liberal opposition, 1985-96. *The Journal of Modern History*, v. 50, n. 3, D1185-D1212, 1978.

CAMPBELL, D. *Writing security*: United States foreign policy and the politics of identity. Minneapolis: University of Minneapolis Press, 1992.

CLEVELAND, G. *Inaugural Address*, March 4, 1885a. Disponível em: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=25824>. Acesso em: 12 maio 2020.

CLEVELAND, G. *First Annual Message (first term)*, December 8, 1885b. Disponível em: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29526>. Acesso em: 12 maio 2020.

CLEVELAND, G. *First Annual Message (second term)*, December 4, 1893. Disponível em: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29534>. Acesso em: 12 maio 2020.

CLEVELAND, G. *Fourth Annual Message (first term)*, December 3, 1888. Disponível em: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29529>. Acesso em: 12 maio de 2020.

CLEVELAND, G. *Fourth Annual Message (second term)*, December 7, 1896. Disponível em: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29537>. Acesso em: 12 maio 2020.

CLEVELAND, G. *Second Annual Message (first term)*, December 6, 1886. Disponível em: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29527>. Acesso em: 12 maio 2020.

CLEVELAND, G. *Second Annual Message (second term)*, December 3, 1894. Disponível em: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29535>. Acesso em: 12 maio 2020.

CLEVELAND, G. *Third Annual Message (second term)*, December 2, 1895. Disponível em: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29536>. Acesso em: 12 maio 2020.

FRIEDEN, J. A. The economics of intervention: American overseas investments and relations with underdeveloped areas, 1890-1950. *Comparative Studies in Society and History*, n. 31, n. 1, p. 55-80, 1989.

GIBRAN, M. K. *The condemnation of blackness: race, crime, and the making of modern urban America*. Cambridge: Harvard University Press, 2010.

GO, J. The provinciality of American empire: "Liberal Exceptionalism" and U.S. colonial rule, 1898-1912. *Comparative Studies in Society and History*, v. 49, n. 1, p. 74-108, 2007.

GOLDMAN, E. F. *Rendezvous with Destiny*. Chicago: Ivan R. Dee, 1952.

GRANT, U. *Second Annual Message*, December 5, 1870. Disponível em: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29511>. Acesso em: 12 maio 2020.

GRANT, Ulysses. *Inaugural Address*, March 4, 1873a. Disponível em: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=25821>. Acesso em 12 maio 2020.

GRANT, Ulysses. *Fifth Annual Message*, December 1, 1873b. Disponível em: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29514>. Acesso em: 12 maio 2020.

GRANT, Ulysses. *Eighth Annual Message*, December 5, 1876. Disponível em: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29517>. Acesso em: 12 maio 2020

HAMMETT, H. B. The Cleveland Administration and Anglo-American Naval friction in Hawaii, 1893-1894. *Military Affairs*, v. 40, n.1, p. 27-32, 1976.

HARRISON, B. *Inaugural Address*, March 4, 1889a. Disponível em: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=25825>. Acesso em: 12 maio 2020.

HARRISON, B. *First Annual Message*, December 3, 1889b. Disponível em: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29530>. Acesso em: 12 maio 2020.

HARRISON, B. *Second Annual Message*, December 1, 1890. Disponível em: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29531>. Acesso em: 12 maio 2020.

HARRISON, B. *Third Annual Message*, December 9, 1891. Disponível em: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29532>. Acesso em: 12 maio 2020.

HAYES, Rutherford. *Inaugural Address*, March 5, 1877a. Disponível em: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=25822>. Acesso em: 12 maio 2020.

HAYES, Rutherford. *First Annual Message*, December 3, 1877b. Disponível em: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29518>. Acesso em: 12 maio 2020.

HAYES, Rutherford. *Fourth Annual Message*, December 6, 1880. Disponível em: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29521>. Acesso em: 12 maio 2020.

HERRING, George C. *From colony to superpower: US foreign relations since 1776*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

HIERS, W. Party Matters: racial closure in the nineteenth-century United States. *Social Science History*, v. 37, n. 2, p. 255-308, 2013.

HUNT, M. H. *The American Ascendancy: how the United States gained and wielded global dominance*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2007.

HUNT, M. H. *Ideology and U.S. Foreign Policy*. New Haven: Yale University Press, 2009.

JONES, H. *Crucible of power: a history of U.S foreign relations since 1897*. Wilmington: Scholarly Resources Inc., 2001.

KAGAN, R. *Dangerous Nation*. New York: Vintage Books, 2007.

KARSTEN, P. *The Naval Aristocracy: the golden age of Annapolis and the emergence of modern American navalism*. Annapolis: Naval Institute Press, 1972.

KIERNAN, V. G. *Estados Unidos: o novo imperialismo, da colonização branca à hegemonia mundial*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2009.

LAFEBER, W. *The American Age: United States foreign policy at home and abroad*. New York: W. W. Norton & Company, 1994.

LAFEBER, W. *The New Empire: an interpretation of American expansion 1860-1898*. Ithaca: Cornell University Press, 1998.

LAKE, D. A. The state and American trade strategy in the pre-hegemonic era. *International Organization*, v. 42, n. 1, p. 33-58, 1988.

LEUCHTENBURG, W E. Progressivism and imperialism: the progressive movement and American foreign policy, 1898-1916. *The Mississippi Valley Historical Review*, v. 39, n. 3, 1952.

LINK, A. S. *História Moderna dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro, Zahar, Brasil. 1965.

MAHAN, A. T. *Panama Canal & sea power in the Pacific: an original study in naval strategy*. Albuquerque: The American Classical College Press, 1977.

MAHAN, A. T. *The influence of sea power upon history, 1660-1783*. New York: Dover Publications, 1987.

MAHAN, A. T. *The problem of Asia and its effect upon international policies*. Port Washington: Kennikat Press, 1970.

MCCORMICK, T. From old empire to new: the changing and tactics of American empire. In: McCOY, A. W.; SCARANO, F. A. *Colonial Crucible: empire in the making of the Modern American State*. Madison: The University of Wisconsin Press, 2009.

MCKINLEY, W. *First Annual Message*, December 6, 1897. Disponível em: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29538>. Acesso em: 12 maio 2020.

MCKINLEY, W. *Second Annual Message*, December 5, 1898. Disponível em: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29539>. Acesso em: 12 maio 2020.

MCKINLEY, W. *Third Annual Message*, December 5, 1899. Disponível em: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29540>. Acesso em: 12 maio 2020.

OROZCO, J. L. *Notas y nuevas notas del país Darwiniano*. Mexicali: Universidad Autónoma de Baja California, 1994.

ORTEGA Y MEDINA, J. A. *Destino Manifesto: Sus razones históricas y su raíz teológica*. México, D.F.: Editorial Patria, 1989.

OYOS, M. M. Theodore Roosevelt and the implement of War. *The Journal of Military History*, v. 60, n. 4, p. 631, 1996.

PECEQUILO, C. S. *A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?* 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

PLETCHER, D. M. Reciprocity and Latin America in the early 1890s: a foretaste of the dollar diplomacy. *Pacific Historical Review*, v. 47, n. 1, p. 53-89, 1978.

REED, J. E. American Foreign Policy, the politics of missions and Josiah Strong, 1890-1900. *Church History*, v. 41, n. 2, p. 230-245, 1972.

ROOSEVELT, T. *First Annual Message*, December 3, 1901. Disponível em: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29542>. Acesso em: 12 maio 2020.

ROOSEVELT, T. *Second Annual Message*, December 2, 1902. Disponível em: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29543>. Acesso em: 12 maio 2020.

ROSENBERG, E. S. *Spreading the American Dream: American economic and cultural expansion, 1890-1945*. New York: Hill and Wang, 1982.

ROWE, D. N. *A comparative Analysis of the historical background of the Monroe Doctrine and the Open Door Policy in the Far East*. Chicago: The University of Chicago Libraries, 1938.

SCHNEIROV, R. Thoughts on periodizing the Gilded Age: capital accumulation, society, and politics, 1873-1898. *The Journal of the Gilded Age and Progressive Era*, v. 5, n. 3, p. 189-224, 2006.

SEXTON, J. *The Monroe Doctrine: empire and Nation in Nineteenth-Century America*. Nova Iorque: Hill and Wang, 2011.

SILBER, N. *The romance of reunion*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1993.

SIMPSON, B. D. *The reconstruction presidents*. Lawrence: University Press of Kansas, 1998.

SOENNICHSEN, J. *The Chinese Exclusion Act of 1882*. Santa Barbara: Greenwood, 2011.

STEPHANSON, A. *Manifest Destiny: American expansionism and the empire of right*. New York: Hill and Wang, 1995.

TEIXEIRA, C. G. P. *Brazil, the United States and the South America subsystem: regional politics and the absent empire*. United Kingdom: Lexington Books, 2012.

THOMPSON, L. The Imperial Republic: a comparison of the insular territories under U.S. dominion after 1898. *Pacific Historical Review*, v. 71, n. 4, p. 535-574, 2002.

TURK, R. W. *The ambiguous relationship*: Theodore Roosevelt and Alfred Thayer Mahan. Nova Iorque: Greenwood Press, 1987.

TYNER, J. A. *Oriental bodies*: discourse and discipline in U.S. Immigration Policy, 1875-1942. New York: Lexington Books, 2006.

VITALIS, R. The noble American science of imperial relations and its laws of race development. *Comparative Studies in Society and History*, v. 52, n. 4, p. 909-938, 2010.

WALKER, R. B. J. 1993. *Inside/outside*: international relations as political theory. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

WEINBERG, A. K. *Manifest Destiny*: a study of nationalist expansionism in American history. Baltimore: The Johns Hopkins Press, 1935.

WILLIAMS, W. A. *America confronts a revolutionary world*: 1776-1976. New York: William Morrow and Company, 1976.

WILLIAMS, W. A. *Empire as a way of life*. Oxford University Press. Brooklyn, New York, 1980.

WILLIAMS, W. A. *The contours of American history*. New York: Verso, 2011.

ZEVIN, R. An interpretation of American imperialism. *The journal of economic history*, v. 32, n. 1, p. 316-360, 1972.

ZHU, L. *The road to Chinese exclusion*: the Denver riot, 1880 Election, and rise of the west. Lawrence: University Press of Kansas, 2013.